

A AVALIAÇÃO DO PRONINC 2017: METODOLOGIA E RESULTADOS

Camille Perissé¹
Felipe Addor²
Ícaro de Souza Melo³
Layssa Maia⁴
Rosina Perez⁵
Thaís Oliveira⁶

1 INTRODUÇÃO

Neste artigo apresentamos a experiência da Avaliação qualitativa, quantitativa e participativa do Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (Proninc)⁷ e os principais resultados da pesquisa realizada pelo Núcleo de Solidariedade Técnica do programa do Núcleo Interdisciplinar para o Desenvolvimento Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Soltec/Nides/UFRJ), nos anos de 2016 e 2017, por meio de uma demanda da Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego (Senaes/MTE). Essa avaliação insere-se no contexto de continuidade do processo de monitoramento do Proninc, que se constitui como uma política pública de fomento às ações de incubação de empreendimentos econômicos solidários. A avaliação desse programa foi realizada anteriormente duas vezes: em 2007, pela Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase), e em 2011, pelo Instituto de Assessoria para o Desenvolvimento Humano (IADH).

O objetivo principal da avaliação foi analisar o desempenho das incubadoras de cooperativas apoiadas pelo Proninc, tanto no que refere à sua inserção nas instituições de ensino superior (IES), quanto aos resultados obtidos em termos de impactos nos empreendimentos e na vida dos seus participantes. Nesse sentido, o conhecimento

1. Pesquisadora no Núcleo de Solidariedade Técnica da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Soltec/UFRJ). *E-mail*: <camilleperisse@gmail.com>.

2. Professor no Núcleo Interdisciplinar para o Desenvolvimento Social (Nides) da UFRJ. *E-mail*: <felipe@nides.ufrj.br>.

3. Mestrando em tecnologia para o desenvolvimento social no Nides/UFRJ. *E-mail*: <icarosouza.melo@gmail.com>.

4. Mestranda em tecnologia para o desenvolvimento social no Nides/UFRJ. *E-mail*: <laysarma@gmail.com>.

5. Doutoranda em ciências sociais na UFRJ e pesquisadora no Soltec/UFRJ. *E-mail*: <perezmenafra@gmail.com>.

6. Mestranda em tecnologia para o desenvolvimento social no Nides/UFRJ. *E-mail*: <thaiscs.oliveira@yahoo.com.br>.

7. Essa pesquisa recebeu apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq - Brasil.

aprofundado da situação das incubadoras, sua dinâmica de funcionamento, a diversidade de abordagens e metodologias de incubação, seus pontos positivos e também suas fragilidades e desafios foram elementos fundamentais a serem levantados na pesquisa.

Construídas com base nos princípios e nas práticas da extensão universitária e da educação popular, as incubadoras tecnológicas de economia solidária (Ites) têm se configurado, ao longo dos anos, como espaços profícuos de articulação entre pesquisa, ensino e extensão, com o propósito de gerar conhecimentos adequados às demandas de transformação social. A prática da incubação assume um papel duplo, pois, por meio das suas atividades, volta-se para a sociedade, no apoio aos processos de auto-organização de grupos socialmente excluídos, e também para a universidade, produzindo insumos para pesquisa, construindo processos de aprendizagem e mobilizando e integrando diversas áreas do saber e campos de atuação profissional.

Atualmente há mais de cem Ites localizadas em IES de todo o país, e, indo contra a tendência histórica de marginalização da extensão universitária perante o ensino e a pesquisa, a prática das Ites caracteriza-se como importante exemplo para o resgate da funcionalidade das universidades públicas brasileiras em direção à produção de conhecimento que contribua com a transformação social.

2 O PROGRAMA NACIONAL DE INCUBADORAS DE COOPERATIVAS POPULARES (PRONINC)

O último mapeamento nacional de empreendimentos econômicos solidários (EES), realizado entre os anos de 2009 e 2013 pela Senaes para a formação do Sistema de Informações da Economia Solidária (Sies) registrou, em número absoluto, 19.708 EES, entre grupos informais, associações, cooperativas ou sociedades mercantis. Do total de empreendimentos, identificou-se que 41% concentram-se na região Nordeste, seguida pela região Sul (17%), pelo Norte e pelo Sudeste (ambos com 16%) e pelo Centro-Oeste (10%). Cerca de 55% dos EES atuam na área rural, 35% na área urbana e 10% em zonas consideradas “mistas”. O número total de trabalhadores envolvidos nessas organizações é de 1.423.631.⁸

Apesar dos números exibidos pelo mapeamento, os EES ainda apresentam limitações de recursos e contam com poucas políticas públicas que compreendam as especificidades do setor. A maioria dos empreendimentos sobrevive em situações precárias, enfrentando dificuldades de gestão, acesso a crédito, espaços de comercialização e tecnologia. Nesse sentido, apoiar os empreendimentos na busca por enfrentar essas dificuldades e por conquistar melhores condições de vida e trabalho é o principal objetivo das Ites.

As Ites são iniciativas acadêmicas que têm como prática fazer interagir o meio universitário com grupos de trabalhadores que buscam construir um empreendimento econômico cooperativo. Inicialmente, surgiram com o objetivo de oferecer formas permanentes de geração de trabalho e renda para indivíduos e grupos em situação de vulnerabilidade social e econômica. No entanto, ao longo dos anos, as incubadoras amadureceram sua proposta e hoje apoiam a formação e a consolidação dos empreendimentos, além de terem enfoques mais amplos, como o apoio a cadeias produtivas e redes de comercialização,

8. Para uma análise dos dados do Sies, ver Silva (2017a; 2017b; 2017c).

e buscam igualmente transformar internamente a universidade, aproximando-a dos interesses, dos desejos e das necessidades dos setores populares (Della Vecchia *et al.*, 2011).

O Proninc pode ser considerado uma das mais relevantes políticas do campo da economia solidária, uma vez que atua de forma estratégica, ao financiar, simultaneamente, empreendimentos de economia solidária e grupos de pesquisadores, técnicos e estudantes comprometidos em produzir conhecimento a partir das demandas populares. Nesse sentido, o programa une o governo federal – por meio das secretarias, dos ministérios e das instituições de fomento –, a academia e os setores populares, contribuindo para a formação e o fortalecimento de quadros em diferentes meios. Embora seus primeiros passos tenham sido dados no final da década de 1990, foi a partir da criação da Senaes/MTE, em 2003, que ele começou a estruturar-se como política pública continuada.

A partir de 2005, a Senaes direcionou esforços para consolidar uma política de monitoramento e avaliação do Proninc. O primeiro trabalho de avaliação foi feito pela Fase. Os resultados desse esforço avaliativo, que perduraram pelos anos de 2005 e 2006, encontram-se materializados no documento intitulado *Diagnóstico e Impactos do Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares*, publicado em 2007. Na ocasião, foram visitadas 33 incubadoras e 315 empreendimentos. Já a segunda avaliação foi realizada entre janeiro de 2010 e março de 2011 pelo IADH. O recorte dessa avaliação foram 65 incubadoras apoiadas pelos editais do Proninc, tendo sido visitadas 54 incubadoras e 171 empreendimentos.⁹

Além dos trabalhos regulares de avaliação, foi constituído um comitê gestor ampliado para construir um processo permanente de monitoramento do programa. Cunha (2012) destaca que, segundo as orientações do comitê gestor, há a “necessidade de realização de avaliação externa, de caráter quantitativo e qualitativo, que contemple os seguintes eixos de análise: caracterização e desempenho das incubadoras; perfil e desempenho dos empreendimentos; e gestão do programa”.

Em 2010, por meio do Decreto nº 7.357, o Proninc foi implementado formalmente, sendo constituído um comitê gestor responsável pela execução e pelo acompanhamento das ações previstas. Cunha (2012) destaca que, segundo as orientações do comitê gestor, há a necessidade de realizações periódicas de avaliação externa, de caráter quantitativo e qualitativo, que aborde os seguintes eixos de análise: caracterização e desempenho das incubadoras; perfil e desempenho dos empreendimentos; e gestão e operacionalização do programa.

No atual momento, o comitê gestor do Proninc encontra-se desativado. Essa situação complexifica-se, uma vez que, devido às mudanças políticas recentes ocorridas no país, o Proninc também corre risco de interrupção. A Senaes tornou-se uma subsecretaria e grande parte dos quadros técnicos que, historicamente, lutaram para construí-la, já não fazem mais parte de sua composição. A avaliação da Chamada Pública nº 89/2013, descrita neste artigo, representa a terceira fase do processo de monitoramento do Proninc, e esperamos que possa contribuir para subsidiar as ações necessárias à manutenção e ao fortalecimento do programa, além de estimular a reativação do comitê gestor.

9. Os dois relatórios das avaliações anteriores, assim como o desta avaliação, podem ser acessados no portal: <<https://nides.ufjf.br/indes.php/proninc>>. Acesso em: 26 set. 2017.

3 AVALIAÇÃO PRONINC 2017

3.1 A Chamada Pública nº 89/2013

A partir de 2013, o programa iniciou um novo formato de implementação a partir da parceria entre a Senaes/MTE, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (Secis/MCTI). A Chamada MCTI/Secis/MTE/Senaes/CNPq nº 89/2013 teve por objetivo selecionar propostas para apoio financeiro a projetos de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e extensão que objetivam a incubação de EES. Esse objetivo mais geral desdobrava-se em cinco outros, que se encontravam assim descritos no texto da chamada:

- i) construir referencial conceitual e metodológico acerca dos processos de incubação e de acompanhamento de empreendimentos econômicos solidários (EES) pós-incubação;
- ii) estimular o aprimoramento das metodologias de incubação de EES articuladas a processos de desenvolvimento territorial e regional;
- iii) desenvolver processos de incubação de EES e/ou redes de cooperação;
- iv) capacitar, no âmbito da economia solidária, docentes, técnicos, discentes e participantes dos projetos incubados;
- v) promover a articulação entre as atividades de pesquisa, desenvolvimento e aplicação de tecnologia social e as políticas públicas de fomento à economia solidária (Brasil, 2013).

A principal novidade trazida pela chamada foi a execução de recursos por meio do CNPq, que, por intermédio do cartão-pesquisador, concedia aos responsáveis pelos projetos maior autonomia para o gerenciamento dos recursos. Foram previstos um total de R\$ 19,9 milhões, de onde R\$ 16 milhões eram oriundos diretamente do Orçamento Geral da União (ação orçamentária 20YT – Fomento e Fortalecimento de Empreendimentos Econômicos Solidários e Suas Redes de Cooperação) e R\$ 3,89 milhões do Programa 2021 de Apoio a Projetos de Tecnologia Social.

Assim, com o objetivo de dar prosseguimento ao processo de monitoramento e avaliação dos resultados do Proninc, a Senaes entrou em contato, no segundo semestre de 2015, com o Soltec/UFRJ para realizar a coordenação da terceira avaliação do Proninc, a ser conduzida nos anos de 2016 e 2017.

O processo de pesquisa coordenado pelo Soltec/UFRJ, como avaliador externo, foi construído, desde o princípio, em intenso diálogo com a própria Senaes e com as duas redes que articulam as Ites no país: Rede de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs) e Rede Unitrabalho, como será detalhado no próximo item. O caráter participativo da avaliação garantiu uma qualificada participação dos estudantes, técnicos e professores que trabalham no cotidiano das incubadoras e que possuem a experiência da incubação.

3.2 Metodologia

A avaliação do Proninc 2017 teve como objetivo analisar os resultados da Chamada nº 89/2013, em que 84 incubadoras acessaram aos recursos da política pública, caracterizadas em linha A para as incubadoras que já possuíam histórico de atuação no Proninc, e linha B para as que nunca tinham sido apoiadas pelo programa.

Desse universo, foram avaliadas 64 incubadoras, sendo todas as 41 da linha B e uma amostra de 23 das 43 das incubadoras de linha A (53%). A escolha dessas incubadoras levou em consideração fatores ligados à distribuição regional e à facilidade de acesso, além de incluir casos identificados como referências importantes para o campo da incubação de empreendimentos solidários, de acordo com integrantes das duas redes de incubadoras. Para cada incubadora avaliada, ficou prevista também a visita a dois empreendimentos apoiados, totalizando 128. Com isso, buscou-se alcançar uma análise mais ampla e que incluísse também a perspectiva dos trabalhadores apoiados.

A pesquisa, além de quantitativa e qualitativa, possuía o pressuposto de desenvolver um processo participativo, que permitisse envolver os integrantes das incubadoras e as duas redes de incubadoras do país nas diferentes etapas de construção do processo de avaliação, quais sejam: *i)* formação da equipe de pesquisa; *ii)* construção do modelo de avaliação; *iii)* visita às incubadoras e aplicação de questionários às incubadoras e aos empreendimentos; *iv)* análise e sistematização dos dados qualitativos e quantitativos; *v)* seminário nacional, com as 84 incubadoras; e *vi)* consolidação do relatório final.

Toda a estrutura da avaliação foi debatida coletivamente, por meio de seminários participativos para discussão dos indicadores, das ferramentas de pesquisa e das diretrizes do trabalho de campo. Por meio dessa dinâmica, constituiu-se o ferramental de análise da pesquisa, que incluía: um questionário prévio à visita; um questionário presencial, realizado com o coordenador ou com a equipe de coordenação da incubadora; e roteiros de entrevistas com os integrantes dos empreendimentos, os estudantes participantes e egressos da incubadora e com os gestores das universidades, em geral pró-reitores de extensão.

Além da visão do trabalho da incubadora, foi uma demanda da Senaes/MTE avaliar a execução do edital por meio do CNPq. Dessa forma, a avaliação estruturou-se em cinco dimensões: *i)* estrutura e funcionamento interno – estrutura física, tamanho e multidisciplinaridade das equipes, forma de gestão; *ii)* relação com os empreendimentos de economia solidária – metodologias de incubação, inovações tecnológicas e organizacionais geradas, impacto nos empreendimentos; *iii)* relação com as IES – grau de formalização junto às IES, integração entre ensino, pesquisa e extensão, formação dos integrantes; *iv)* relação com o movimento de economia solidária – capacidade de crítica à economia capitalista, parcerias, participação em fóruns de economia solidária e de políticas públicas; e *v)* operacionalização da Chamada nº 89/2013 – gestão dos recursos, comunicação com CNPq.

4 RESULTADOS

Nesta seção iremos apresentar os principais resultados obtidos a partir da avaliação do Programa de Incubadoras de Cooperativas Populares realizado nos anos de 2016 e 2017. É importante salientar que expomos aqui apenas uma parte da totalidade dos dados obtidos a partir da avaliação, buscando selecionar os tópicos mais relevantes para serem abordados no espaço disponível.¹⁰ Dessa maneira, iremos começar pelos resultados pertinentes à estrutura e ao funcionamento interno da incubadora, para, em seguida, tratar das relações das Ites com os empreendimentos incubados, com as IES e, finalmente, com o movimento de economia solidária.

10. A versão completa do relatório de avaliação pode ser acessada em: <<https://goo.gl/gE2NW7>>.

As Ites vêm consolidando um campo de atuação da universidade no apoio a empreendimentos de economia solidária, estando presente em praticamente todos os estados do país. Atualmente, a Senaes identifica que há em torno de 110 Ites em funcionamento no país, envolvendo estudantes, professores, pesquisadores e técnicos das IES.

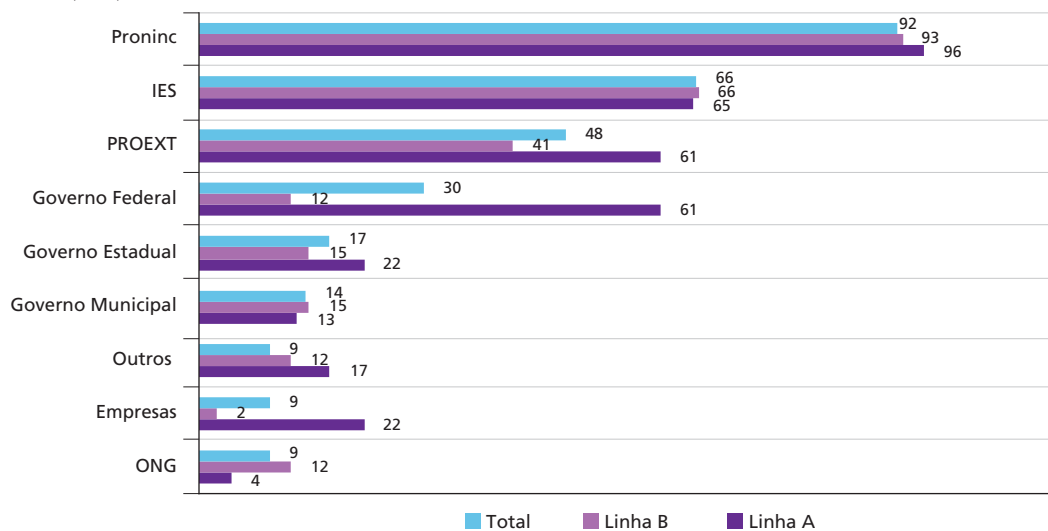
As incubadoras avaliadas distribuem-se predominantemente nas regiões Sudeste (27%), Sul (26%) e Nordeste (24%). Com menor participação estão as regiões Centro-Oeste (16%) e Norte (7%). Há que se notar que apenas 35% encontram-se em capitais ou regiões metropolitanas, ao passo que o restante (65%) está instalado no interior de seus estados, o que indica uma boa capilaridade do programa. Já no que tange ao ambiente institucional, metade das Ites estudadas localizam-se em universidades federais, sendo seguidas pelas universidades estaduais (19%), pelos institutos federais/centros federais de educação Tecnológica (Cefets) (14%), pelas instituições privadas (11%) e pelos parques tecnológicos (3%).

Com relação às fontes de recursos, foi possível constatar que as Ites pesquisadas contam com financiamento de diversos parceiros. Os principais foram: o Proninc, com 93%; as IES, com 66%; o Programa de Extensão Universitária (Proext), com 48%; outras parcerias do governo federal, com 30%; o governo estadual, com 17%; e o governo municipal, com 15%.¹¹

GRÁFICO 1

Recursos acessados entre 2014 e 2016 pelas incubadoras por linha

(Em %)



Fonte: Avaliação Proninc 2017 (SOLTEC/UFRJ, 2017).

11. Dada a possibilidade dos entrevistados de marcar mais de uma opção, a soma das porcentagens excede 100%. Isso ocorreu com diversas perguntas que admitiam resposta múltipla.

Constata-se, assim, que os recursos do Proninc e outros recursos federais têm grande relevância para a manutenção das atividades de incubação. A proporção de recursos Proninc em relação ao total de recursos da incubadora foi observada como alta, principalmente nas incubadoras da linha B, que declaram que de 80% a 100% dos recursos são oriundos dessa fonte. Já as incubadoras de linha A, mais antigas, conseguem diversificar as fontes de recursos, buscando incorporar outros financiamentos advindos dos âmbitos estadual e municipal, inclusive do setor privado ou do terceiro setor.

Os resultados indicam também que a autogestão é um horizonte buscado por grande parte das incubadoras, que podem ser consideradas uma espécie de “laboratório” nesse sentido. Para além de idealizações, as incubadoras contribuem fornecendo experiências coletivas de funcionamento e tomada de decisões que enriquecem a trajetória dos seus participantes, além de oferecerem modelos possíveis de funcionamento que concorrem com as formas já instaladas no âmbito acadêmico e no setor produtivo, mais verticais e hierárquicas. No espaço das incubadoras, a autogestão é criada, testada, reformulada e aprimorada de forma constante.

Quanto aos empreendimentos incubados, os dados da pesquisa evidenciaram que, entre 2014 e 2016, foram incubados 776 empreendimentos¹² pelas 64 incubadoras visitadas, permitindo alcançar mais de 22 mil trabalhadores¹³ de diversos setores produtivos. Com o processo de incubação desses empreendimentos, foi possível gerar inovações tecnológicas e organizacionais de processos, artefatos e de ferramentas de gestão. Cerca de 89% das incubadoras declararam ter realizado algum tipo de inovação. Esses dados corroboram com a hipótese de que as Ites representam um estímulo à inovação, principalmente na perspectiva da tecnologia social e da inovação social.

Um dos objetivos de atuação do Proninc por meio da Chamada nº 89/2013 era gerar interfaces com outras políticas de âmbito federal focalizadas no combate às desigualdades sociais. Nesse sentido, era importante atingir, mediante o apoio às incubadoras, grupos vulneráveis social e/ou economicamente, procurando inseri-los em atividades de geração de trabalho e renda. Podemos identificar que os grupos apoiados pelas Ites são muito próximos ao público-alvo do PBSM, com forte atuação de agricultores familiares, catadores de material reciclável, artesãos e trabalhadores desempregados. A frequência total de empreendimentos por segmentos pode ser conferida na tabela 1.

12. A projeção do número de empreendimentos para as 84 incubadoras entre 2014 e 2016 é de 1.106 EES, calculados com base na média da linha A.

13. O levantamento do número de trabalhadores deu-se a partir de questionário respondido autonomamente pelos coordenadores. Por problemas no preenchimento, dos 776 empreendimentos levantados, não foi respondido o número de trabalhadores para 62 empreendimentos, o que levaria a uma projeção, usando a média das respostas, de 24.521 trabalhadores beneficiados pelas 64 incubadoras. Ampliando para as 84 da chamada, esse número chegaria a 32.009 trabalhadores.

TABELA 1

Empreendimentos por segmento

	Frequência	(%)
Artesãos	200	25,8
Agricultores familiares	184	23,7
Catadores de material reciclável	114	14,7
Outros autônomos	58	7,5
Beneficiadores(as) de alimentos	36	4,6
Assentados da reforma agrária	19	2,4
Artistas	16	2,1
Desempregados/desocupados	14	1,8
Técnicos, profissionais de nível superior	9	1,2
Outros	94	12,1
Não responde	32	4,1
Total	776	100,0

Fonte: Avaliação Proninc 2017 (SOLTEC/UFRJ, 2017).

Além do trabalho de assessorar empreendimentos econômicos solidários, as incubadoras têm consolidado seu trabalho por meio da sua institucionalização e do reconhecimento no interior das IES. A maioria das incubadoras está formalizada dentro da sua instituição, embora apenas a metade esteja efetivamente institucionalizada. Muitas incubadoras estão diretamente ligadas a pró-reitorias de extensão, indicando como a atuação das incubadoras está muito ligada a uma política de fortalecimento da extensão nas IES. Contudo, é preciso destacar que tem surgido, entre os grupos mais recentes, uma maior diversidade de alocação institucional.

De acordo com a pesquisa, quase 52% das Ites afirmaram ser institucionalizadas na IES, sendo registrado um índice maior entre as incubadoras de linha A (74%) do que na linha B (39%). A institucionalização caracterizou-se como uma inserção mais estável e duradoura da incubadora na estrutura da IES, dada por meio de publicações de portarias ou no Diário Oficial da União, pela existência de docentes ou funcionários alocados ou pela inserção no estatuto da IES. Entre todos que responderam que a incubadora era institucionalizada, os fatores mais elencados foram portaria (55%) e existência de docentes e/ou funcionários alocados (55%), seguidos de inserção no estatuto da IES (42%).

Os dados demonstram que os motivos que dificultam a institucionalização são diferentes entre as incubadoras mais antigas e as mais novas. Enquanto as de linha A já são majoritariamente institucionalizadas, as de linha B apontam que o motivo principal não é a falta de recursos, mas sim uma inadequação diante das formas já preexistentes dentro das IES, o que leva a institucionalização a ocupar um papel não prioritário na organização.

Com relação à composição da equipe, os dados da pesquisa revelaram que, no período entre 2014 e 2016 nas 64 incubadoras avaliadas, 1.853 integrantes participaram das equipes, incluindo pessoal remunerado e voluntários (1.022 nas incubadoras da linha A e 831 nas de linha B). Desses, 993 eram estudantes de graduação, 311 professores e 103 estudantes de pós-graduação, evidenciando a formação de quadros para a economia solidária como

um dos principais legados do trabalho das incubadoras. Quanto à produção acadêmica, reforçando a dimensão da pesquisa como essencial para a realização da extensão, há dois grandes destaques: as apresentações de trabalho e palestras; e as publicações de trabalhos em anais de eventos. É preciso destacar também as monografias (270), as dissertações (82) e as teses (32), que, juntas, somam 384 publicações que abordam temas acerca do cotidiano dos empreendimentos e das incubadoras.

TABELA 2

Menções sobre articulação com programas ou políticas públicas

Articulação com programas ou políticas públicas	
Políticas de economia solidária (total)	22
Políticas de economia solidária (genérico)	4
Políticas de economia solidária (municipal)	8
Políticas de economia solidária (estadual)	7
Políticas de economia solidária (federal)	3
Política ambiental (total)	20
Política ambiental (resíduos sólidos)	19
Programa Nacional de Alimentação Escolar/Programa de Aquisição de Alimentos (PAA/Pnae)	15
Agricultura e desenvolvimento rural	10
Saúde/saúde mental	9
Geração de trabalho e renda	8
Educação de jovens e adultos ou no campo	4
Não houve grandes articulações	2
Total válido	90

Fonte: Avaliação Proninc 2017 (SOLTEC/UFRJ, 2017).

Para o campo da economia solidária, as incubadoras constituem-se como atores fundamentais. Ficou evidente a importância da sua atuação na difusão da temática e no fortalecimento de políticas públicas de apoio. De forma geral, as incubadoras apresentam uma gama importante de parceiros institucionais e constituem-se como uma referência nos territórios em que atuam, muitas vezes impulsionando políticas nos âmbitos local e regional, mobilizando as mais variadas instituições para apoiar iniciativas para o campo da economia solidária.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É preciso destacar que o período de pouco mais de um ano em que se desenvolveu a pesquisa descrita neste trabalho não foi suficiente para explorar o mundo das Ites da forma como desejaríamos. As análises realizadas foram orientadas pelas decisões da equipe em paralelo ao diálogo realizado com as incubadoras e as redes de incubadoras, mas acreditamos que o robusto banco de dados desenvolvido por meio do trabalho de campo poderá subsidiar uma infinidade de outras correlações e pesquisas. Além disso, há um grande número de registros qualitativos sobre o trabalho das incubadoras coletados a partir do diálogo com os estudantes, os gestores das IES e os trabalhadores dos empreendimentos que podem ser analisados de diferentes perspectivas.

Algumas das possibilidades de aprofundamento da pesquisa constituem-se em uma análise mais detalhada da diversidade de projetos presentes nas incubadoras de linha B, a construção de tipologias de metodologias de incubação e também um estudo sobre os custos da incubação, que poderia auxiliar o desenvolvimento da política pública.

O desenvolvimento do método da proposta delineada para a avaliação do Proninc 2017, com as conquistas e os desafios de se desenhar e implantar uma avaliação de uma política pública envolvendo seus beneficiários, permitiu-nos perceber que a participação dos envolvidos cotidianamente no trabalho das incubadoras qualificou substancialmente as ferramentas de pesquisa, embora sempre houvesse a necessidade de estarmos atentos ao distanciamento crítico necessário para não haver um direcionamento tendencioso da pesquisa.

Ao longo da pesquisa, tivemos a preocupação de que os resultados não ficassem restritos ao ambiente acadêmico e que também dessem conta de demonstrar a importância e a representatividade do Proninc enquanto política pública de apoio à economia solidária e à extensão universitária. Nesse sentido, a avaliação procurou ter como resultado outros produtos, além do relatório, capazes de aumentar o alcance e facilitar a difusão de seus resultados. No campo audiovisual, serão divulgados dois vídeos: o primeiro retrata o processo participativo realizado para a avaliação Proninc 2017, e o segundo apresenta a trajetória do Proninc, trazendo reflexões sobre seus impactos, desafios e sua perspectiva para os próximos anos. No campo teórico e metodológico, está sendo finalizada uma publicação denominada *Incubadoras Tecnológicas de Economia Solidária*, uma coletânea de artigos elaborados por integrantes das incubadoras e outros pesquisadores e intelectuais que refletem sobre esse campo. Também foi desenvolvido um portal para facilitar o acesso ao relatório final da pesquisa e a todos os outros produtos gerados e documentos utilizados em seu período de realização.¹⁴

As incubadoras tecnológicas de economia solidárias espalhadas pelas cinco regiões do Brasil constituem-se, atualmente, como um dos principais campos de fortalecimento da extensão no país, principalmente no âmbito da geração de trabalho e renda. Essa constatação reforça a necessidade de processos avaliativos de uma política pública de apoio à extensão, como o aqui apresentado, como fundamentais para seguirmos consolidando práticas sólidas metodologicamente, que avancem na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e permitam fortalecer a relação universidade-sociedade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Chamada MCTI/Secis/MTE/Senaes/CNPq no 89/2013**. Brasília: MCTI, 2013. Disponível em: <<https://goo.gl/Bg5BZj>>. Acesso em: 9 ago. 2017.

CUNHA, Gabriela C. **Outras políticas para outras economias**: contextos e redes na construção de ações do governo federal voltadas à economia solidária (2003-2010). Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

14. Disponível em: <<https://goo.gl/ey7P4C>>. Acesso em: 26 set. 2017.

DELLA VECHIA, Renato *et al.* A rede de ITCPs: passado, presente e alguns desafios para o futuro. **Diálogo**, Canoas, n. 18, p. 115-144, 2011.

SILVA, Sandro P. **Análise das dimensões socioestruturais dos empreendimentos de economia solidária no Brasil**. Brasília: Ipea, 2017a. (Texto para Discussão, n. 2271).

_____. **Economia solidária e finanças de proximidade**. Brasília: Ipea, 2017b. (Texto para Discussão, n. 2270).

_____. **Organização coletiva de catadores de material reciclado no Brasil: dilemas e potencialidades sob a ótica da economia solidária**. Brasília: Ipea, 2017c. (Texto para Discussão, n. 2268).

SOLTEC/UFRJ - Núcleo de Solidariedade Técnica Universidade Federal do Rio de Janeiro. **Avaliação Proninc: avaliação participativa, qualitativa e quantitativa das ações do Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares – Relatório Final**. Rio de Janeiro: Soltec/UFRJ, 2017.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FRAGA, Lais Silveira. **Extensão e transferência de conhecimento: as incubadoras tecnológicas de cooperativas populares**. Tese (Doutorado em Geociências) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

IADH – INSTITUTO DE ACESSORIA PARA O DESENVOLVIMENTO HUMANO. **Avaliação do Programa Nacional de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas e Empreendimentos Solidários – Proninc: Relatório Final**. Recife: IADH, 2011.

LAVILLE, Jean-Louis; GAIGER, Luiz Inácio. Economia solidária. *In*: CATTANI, Antonio David *et al.* (Orgs.) **Dicionário Internacional da Outra Economia**. Coimbra: Edições Almedina, 2009.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

VICTÓRIA, Lia Beatriz Gomes. **O Proninc e seu reflexo na ação social das incubadoras tecnológicas de cooperativas populares**. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, 2011.

